

UBIRATÃ

PROCESSO LICITATÓRIO

NÚMERO

5322/2021

MODALIDADE

Bugão Eletrônico 126/2021

FINALIDADE

Aquisição de um trator agrícola
Secretaria de Viagens e Serviços Gerais.

PROponentes

4344- Simeagro

Contrato 124K21

PRAZOS E PUBLICAÇÕES

DE 10/08 A 31/08 ÀS 08:30 HORAS

LOCAL 11.08.21

HOMOLOGADO 08/09/2021

OPR

VENCIMENTO

DIOE 12.08.21

OBSERVAÇÃO

UBIRATÃ,

10

de Agosto

de

2021

UBIRATÃ

PREFEITURA



000001

PEDIDO DE LICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000002



1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 264/2021

2. OBJETO

Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convênio nº 311/2020 formalizado entre o município de Uiratã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-190.000,00

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODO	884	119.700,00
0902	9017	449052400000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODO		70.300,00

Uiratã – Paraná, 19 de julho de 2021

Luiz Antônio Marafon
 Luiz Antônio Marafon
 Sec. de Viação e Serviços Rurais

Secretaria de Viação Serviços Rurais

5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Recebimento: 21/7 /2021

Conforme dotação orçamentária indicada, informamos:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SIM	NÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Cristiane Fatima Zolln
 Cristiane Fatima Zolln
 CRC/PA-073218/0
 Contadora

RECURSO FINANCEIRO	
SIM	NÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Valdinei da Silva
 Valdinei da Silva
 Sec. de Finanças

Secretário das Finanças

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.

Fábio de Oliveira Dalécio
 Fábio de Oliveira Dalécio

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 22/07 /2021

Hora: 09:00

Divisão de Licitação
 Divisão de Licitação

TERMO DE REFERÊNCIA

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000004



ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 264/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convênio nº 311/2020 formalizado entre o município de Ubatã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo principal da aquisição do trator agrícola, o qual será viabilizado através de convênio com a SEAB, terá como finalidade principal beneficiar diretamente na preparação/ adequação do solo, o convênio firmado com a Itaipu Binacional onde diversas estradas receberão benfeitoria com aplicação de impermeabilizante e estabilizante de solo, a fim de garantir uma melhor trafegabilidade na zona rural do município. O maquinário é essencial neste tipo de serviços, pois usa-se o gradil acoplado no maquinário em questão para promover o corte, elevação e mobilização, ou seja, para uma melhor descompactação do solo. Visando preparar/ adequar a terra para receber tais benfeitorias em diversos trechos que são de competência da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, gerando ao pequeno produtor assim novas alternativas de renda no meio rural. Fortalecendo a agricultura familiar e a expansão mesmo dando condições ideais de escoamento da produção, assegurando também o desenvolvimento sustentável. Aproximadamente 1140 de agricultores familiares serão beneficiados através de atividades: Commodities como soja, milho, trigo, feijão e leite, aves e ovos, nas Comunidades Rurais como a São Lázaro, Jandaia, Água Verde, São João, São Francisco, Santa Terezinha, Palmeirinha, São Zacarias, Três Placas, Bom Jesus, Colônia Santo Inácio, Distrito de Yolanda, Barra Mansa, Carajá, São José, Vila Rural Verde Campos, Vila Arco e Comunidade Luz Marina, do Município de Ubatã, em consonância com o Projeto Técnico apresentado, mediante a aquisição e a utilização de TRATOR AGRÍCOLA para incrementar a produção agrícola e pecuária.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$-(190.000,00).

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODO	884	119.700,00
0902	9017	449052400000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODO		70.300,00

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. 5.1. Vigência da contratação: 12 meses.

6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

6.1. Gestor do Contrato: Luiz Antônio Marafon.

6.2. Fiscal do Contrato: Roberto Carlos Ribeiro.

6.3. Fiscal do Contrato Substituto: Roseno Aparecido Silveiro.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
40291	1	1	Trator agrícola de pneus,plataformado, 4x4, potencia: 80cv, ano de fabricação:2021, itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x4, 02 valvulas de controle remoto. CODIGO COMPRASNET 455702	1	UN.	190.000,000 0	190.000,000 0

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. Prazo de entrega: 30 dias;

Prazo de substituição: 15 dias;

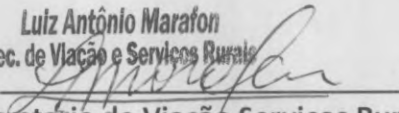
Garantia: 1 ano

Entrega deverá ser feita no endereço: Pátio de Maquinas da Prefeitura Municipal de Ubatã, Avenida João Medeiros, s/nº.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A vista após documentação fiscal.

Ubatã, 19 de Julho de 2021.

Luiz Antônio Marafon
Sec. de Viação e Serviços Rurais

Secretaria de Viação Serviços Rurais

UBIRATÃ

PREFEITURA



1000006

00000

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000007

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	8726	Credito Especial	2 Vinculado
Orgao..... =	09	SECRETARIA DE VIACAO E SERVICOS RURAIS	
Unidade Orcamentaria.. =	09.02	Divisao de Manut. de Estradas Vicinais.	
Funcional..... =	267820015	Transporte	
Projeto/Atividade.... =	1024000	Ampliacao, renovacao da frota dos servicos rurais.	
Natureza da Despesa... =	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recursos..... =	884	AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA	

Saldos de 01/07/2021 ate 21/07/2021

Credito Especial..... =	119.747,52
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	0,00
Liquidado no Periodo.... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	0,00
Empenhado ate o Periodo. =	0,00
Liquidado ate o Periodo. =	0,00
Pago ate o Periodo..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	0,00
Total a Pagar..... =	0,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	119.747,52

Prefeitura Municipal de Ubirata

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	917	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	09	SECRETARIA DE VIACAO E SERVICOS RURAIS	
Unidade Orcamentaria.. =	09.02	Divisao de Manut. de Estradas Vicinais.	
Funcional..... =	267820015	Transporte	
Projeto/Atividade..... =	1024000	Ampliacao, renovacao da frota dos servicos rurais.	
Natureza da Despesa... =	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/07/2021 ate 21/07/2021

Dotacao Inicial..... =	47.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	0,00
Liquidado no Periodo.... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	0,00
Empenhado ate o Periodo. =	0,00
Liquidado ate o Periodo. =	0,00
Pago ate o Periodo..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	0,00
Total a Pagar..... =	0,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	47.000,00

R000008

UBIRATÃ

PREFEITURA



000009

PESQUISA DE MERCADO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

000012 000010

CASE IH
 AGRICULTURE

Ubiratã- PR, 31 de maio de 2021.

À
Prefeitura Municipal de Ubiratã
 Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 - Centro, Ubiratã - PR, 85440-000
 Ubiratã - Pr

Prezados (as) senhores(as),

Conforme vossa solicitação, estamos encaminhando proposta comercial de venda para um Trator **CASE IH**, Modelo **FARMALL 80 4x4 ROPS Plataformado**, motor Diesel, motor turbo diesel e intercooler, Tier III, transmissão 12x12 com reversor mecânico, 02 válvulas de controle remoto, rodados traseiros pneus 18.4 x 30 dianteiros pneus 12.4x 24.



Farmall 80 Cabine	
Modelo	
Motor	4 / Aspirado
Número de cilindros / Tipo	104 mm / 115 mm
Diâmetro / Curso	3.908 cm ³
Capacidade	78 cv
Potência Nominal	2.500 rpm
Velocidade nominal do motor	275
Torque máximo (Nm)	30% (23,4 cv)
Reserva de torque	Sendo 92 L no principal
Capacidade do tanque de combustível	
Transmissão	4 velocidades, 3 gamas
Tipo	12x12
Número de velocidades de série	De Série
Reversor Mecânico	0,30 km/h
Acionamento real mais baixa	Mecânico
Acionamento do bloqueio do diferencial no eixo traseiro	Freio a disco banhado a óleo auto ajustável, operando hidráulicamente
Freio de serviço	
Tração e direção	

000011
000013



Acionamento de tração nas quatro rodas
Oscilação do eixo
Ângulo de inclinação das rodas – 4WD
Raio mínimo de giro – 4WD
Acionamento de bloqueio de diferencial

50°
3,9 m
Automático

Tomada de força	Mecânica
Tipo	540 / 540E
	540 a 2.200
Velocidades (rpm)	540E a 1.715

Sistema Hidráulico	44,5 L/min
Fluxo do sistema hidráulico principal	Centro aberto
Tipo de sistema	190 bar
Pressão máxima do sistema	77,2 L/min
Vazão máxima incluindo a bomba do sistema de direção	MHC (controle mecânico do engate)
Controle	3.690 kg
Capacidade máxima de elevação	II
Tipo de categoria	2
Número de válvulas controle remoto	

Pneus	12.4 – 24 6 L / 18.4 – 30 10 L
Pneus dianteiro/ traseiro.	

VALOR TOTAL.....R\$ 195.000,00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

À Vista no Faturamento.....**R\$ 195.000,00**

OBS:

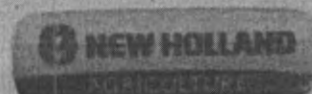
- Validade da proposta: **30 dias** ou enquanto durar estoque.
- Garantia: **01 Ano** a partir da data do faturamento conforme manual do Fabricante.
- Preço sujeito a alteração sem prévio aviso conforme instrução do fabricante.
- Pós-venda com técnicos treinados pela fábrica.
- Assistência Técnica: Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda

Estamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este orçamento proposta.

Atenciosamente,

Marcos Cezar Borborema
Gerente Filial Agricase
Av. Marcilio Daltro, 201 - Centro
85440-000 – Ubiratã - PR
(44) 9 9829-1791

000012
000014



Toledo Pr 31 de maio de 2021

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATA

Ubirata - Pr.

Ref - PROPOSTA DE VENDA DE TRATOR NOVO

Conforme combinado segue abaixo nossa proposta para venda de um trator novo conforme características abaixo;

Marca - New Holland

Modelo - TL5.80, sem cabine (rops), potencia do motor 80CV, tração 4x4, cambio 12x4, comando duplo, ano de fabricação 2021 e motor de 4 Cilindros turbo Intercooler

Valor do trator incluso todos impostos - R\$195.000,00 - cento noventa e cinco mil reais.

Condições de pagamento; Na entrega do bem.

Prazo de entrega - de acordo com disponibilidade da fabrica.]

Validade desta proposta - 30 dias desta data.

Ficamos a disposição para eventuais informações a respeito.

At

Nilton Quirolli

AGRICOLA DALL'OGGIO IMP. E EXP. LTDA.
Nilton Quirolli
Supervisor de Vendas
11.000.0000

000013
00015



COTAÇÃO EQUAGRIL - NEW HOLLAND

Cliente: Prefeitura Municipal de Ubatã
Endereço: Ubatã/PR

Descrição: Trator agrícola de pneus
Modelo: TL 5.80 Plataformado, 4x4
Potência: 80Cv
Marca: New Holland
Ano fabricação: 2.021
Itens de série:
- Motor 4cc Turbo Intercooler
- Transmissão 12x4
- 02 válvulas de controle remoto

Valor unitário: \$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)

Valor para Financiamento Bancário, Consórcio ou recursos próprios.

Prazo de entrega de acordo com a disponibilidade do fabricante.

Esta cotação tem validade de 30 dias.

Ubatã, PR, 31 de Maio de 2021.

Eliane R. Romero
Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda
CNPJ: 77.310.589/0031-74

Eliane R. Romero
Ger. Administrativa
Equagril

EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.
Av. João Medeiros, nº 365 - Centro
Ubatã - PR - 85440-000
44-9124-8938 / 44-3543-8300
www.newholland.com.br



000014

000017

PLANILHA DE VALORES

ITEM	AGRICASE	DALL'OGGIO	EQUAGRIL	MENOR VALOR
Trator agrícola de pneus Modelo: TL 5.80 Plataformado, 4x4 Potencia: 80cv Ano de fabricação: 2021 Itens de serie: -motor 4cc turbo intercooler -transmissão 12x4r -02 válvulas de controle remoto	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 190.000,00

FILIAL AGRICASE

CNPJ: 05.444.853/0008-02
Av Marcilio Daltro, nº201
Ubatuba - PR
CEP: 85440-000

AGRICOLA DALL'OGGIO IMP. E EXP. LTDA

CNPJ: 75.526.905/0001-07
Rodovia PR 182, km 0
Toledo - Paraná
CEP: 85906-300

EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

CNPJ: 77.310.589/0031-74
Av João Medeiros, nº365 - centro
Ubatuba -
CEP: 88330-272

Ronald Felipe Maciel
Sec. de Serviços Urbanos e Pavimentação

UBIRATÃ

PREFEITURA



000015

PARECER JURÍDICO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

00001608

Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico - CI 264/2021 - Pregão Eletrônico

De: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Data: 28/07/2021 16:08

Para: assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br

Prezado,

Venho através deste, solicitar parecer jurídico referente a legalidade do ato, prazo, modalidade, motivação dentre outros, de acordo com a solicitação de licitação nº 264/2021 (em anexo).

A sugestão que entendo ser mais adequada para a contratação é o pregão na forma presencial, por se tratar de bens e serviços comuns, exposto na Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 .

Segue anexo minuta do edital e contrato para análise, de acordo com o apresentado no requerimento.

--

ATT
CRISLAINY MARCELO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES
(44)3543-8019
MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

— Anexos: —

EDITAL.docx	155KB
CI 264.pdf	1,5MB

**PARECER JURÍDICO**

Trata-se de um parecer jurídico referente a solicitação de licitação nº 264/2021, consistente na possibilidade de abertura de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico para Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convênio nº 311/2020 formalizado entre o município de Ubiratã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Justifica-se: - "O objetivo principal da aquisição do trator agrícola, o qual será viabilizado através de convênio com a SEAB, terá como finalidade principal beneficiar diretamente na preparação/ adequação do solo, o convênio firmado com a Itaipu Binacional onde diversas estradas receberão benfeitoria com aplicação de impermeabilizante e estabilizante de solo, a fim de garantir uma melhor trafegabilidade na zona rural do município, O maquinário é essencial neste tipo de serviços, pois usa-se o gradil acoplado no maquinário em questão para promover o corte, elevação e mobilização, ou seja, para uma melhor descompactação do solo. Visando preparar/adequar a terra para receber tais benfeitorias em diversos trechos que são de competência da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, gerando ao pequeno produtor assim novas alternativas de renda no meio rural. Fortalecendo a agricultura familiar e a expansão mesmo dando condições ideais de escoamento da produção, assegurando também o desenvolvimento sustentável. Aproximadamente 1140 de agricultores familiares serão beneficiados através de atividades: Commodities como soja, milho, trigo, feijão e leite, aves e ovos, nas Comunidades Rurais como a São Lazaro, Jandaia, Água Verde, São João, São Francisco, Santa Terezinha, Palmeirinha, São Zacarias, Três Placas, Bom Jesus, Colônia Santo Inácio, Distrito de Yolanda, Barra Mansa, Carajá, São José, Vila Rural Verde Campos, Vila Arco e Comunidade Luz Marina, do Município de Ubiratã, em consonância com o Projeto Técnico apresentado, mediante a aquisição e a utilização de TRATOR AGRÍCOLA para incrementar a produção agrícola e pecuária..".

Desde logo, cumpre destacar que ao Assessor Jurídico não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios



que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado" (art. 1º, parágrafo único, Lei n.º 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumprе salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico. Foram observados os requisitos do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

O tipo menor preço, único admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Em análise ao caderno processual, observa-se que o edital seguiu as cautelas elencadas pela Lei 10.520/2002 e Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série, a indicação do nome da repartição interessada, a indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, bem como o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com o designativo do local, dia e hora para o recebimento dos envelopes documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes.

Em suma, entendemos que estão presentes as informações e cláusulas pertinentes elencadas como essenciais pela Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 40 e incisos, e na Lei n.º 10.520/2002, inexistindo condições que tipifiquem preferências ou discriminações. Em análise jurídica não foram detectadas irregularidades ou contrariedade à legislação pertinente.

Deste modo, com relação à minuta do edital e seus anexos trazidos à colação para análise, tem-se que os mesmos estão de acordo com os dispositivos legais pertinentes, razão pela qual não há óbice ao prosseguimento do certame licitatório.



No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, e ainda, analisando a minuta do edital, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a lei federal n.º 8.666/93 e lei 10.520/2002, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

Ubiratã, 09 de agosto de 2021.

CARLOS DANIEL
SOBIEAI
MACHADO

Assinado de forma digital
por CARLOS DANIEL
SOBIEAI MACHADO
Dados: 2021.08.09
10:12:44 -03'00'

Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB/PR 65.323

UBIRATÃ

PREFEITURA



000021 *080*

PORTARIAS

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



PORTARIA Nº 189, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Designa pregoeiras e equipe de apoio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Carla Baena Aguilar Melo**, ocupante do cargo de assistente de administração, e **Crislainy Marcelo**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Licitação, CC 08, lotadas na Secretaria da Administração, para assumirem a função de pregoeiras do Município de Ubatuba, nas licitações instauradas na modalidade Pregão, no período de 14/04/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º Designar para integrarem equipe de apoio os servidores **Nicollas Marçal Piveta**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras, CC 08 e **Renan Felipe da Silva Lima**, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotados na Secretaria da Administração.

Art. 3º Caberá às Pregoeiras, em especial, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, mediante requerimento de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Art. 4º Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 147, de 30 de março de 2021.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Estado do Paraná

O presente ato foi publicado no Jornal Oficial do Município de Ubatuba, Edição nº 1373 da 14/04/2021, e está disponível no site www.ubirata.pr.gov.br, menu serviços link downloads.

Secretaria da Administração
Setor de Legislação



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO



PORTARIA Nº 23, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e considerando:

O disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

A necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

A necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, pelo período de 12.01.2021 a 31.12.2021:

Gabinete do Prefeito
Geraldo José dos Santos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Laércio França de Oliveira

Secretaria da Administração
Cassilda Ferreira

Secretaria de Obras
José Antônio Lázaro

Secretaria da Assistência Social
Izabel Francelina Bento Calsavara

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação
Ronaldo Felipe Maciel

Secretaria da Educação e Cultura
Neiva Grigio Gindri

Secretaria de Viação e Serviços Rurais
Luiz Antônio Marafon

Secretaria da Saúde
Kerstyen Ragna Meyer

Secretaria do Esporte e Lazer
Sullivan José Mohanna Rocha

Secretaria das Finanças e Planejamento
Valdinei da Silva



§1º São atribuições do Gestor de Contratos:

I - indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;

II - controle geral de contratos;

III - conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;

IV - análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;

V - formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;

VI - formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;

VII - apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;

VIII - designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e

IX - demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.

§2º Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, os quais terão as seguintes atribuições:

I - realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;

II - conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;

III - conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);

IV - solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;

V - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;

VI - anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

VII - responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento;

VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;

IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;

XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificativa e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

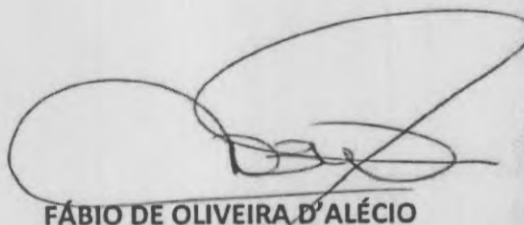
Art. 2º Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

Art. 3º Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

Art. 4º Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

Art. 5º A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



FÁBIO DE OLIVEIRA D'ALÉCIO

UBIRATÃ

PREFEITURA



000026080

EDITAL E ANEXOS

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5322/2021

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubitatã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 08H30MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 311/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB.**

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo lance ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO ITEM, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$-190.000,00 (cento e noventa mil reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	884	119.700,00
0801	9017	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários		70.300,00

5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência, uma vez que o valor da contratação supera o limite previsto no art. 48, inciso I da LC nº 123/06.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos arts. 43 e 44 da LC nº 123/06.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubiratã, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, **ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.1.1. O preenchimento dos valores no sistema deverá obedecer à forma disposta no Termo de Referência para fins do julgamento objetivo da licitação, devendo ser preenchido o valor unitário no campo de valor unitário e o valor total no campo de valor total, sob pena de desclassificação da proposta conforme disposto no subitem 11.4 do presente edital.

10.1.3. Marca do produto cotado.

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A apresentação da proposta implicará:

10.7.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.7.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. A partir das **08H30MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO ITEM.

A. As Licitantes que ofertarem lances sobre o valor unitário do item, caso não seja possível a exclusão pelo pregoeiro, deverão honrar a proposta no preço ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo "valor negociado".

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-100,00 (cem reais).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.1.7. Conter marca do produto cotado.

12.1.8. A Licitante vencedora deverá encaminhar, caso solicitado pelo pregoeiro e necessário para complementar as informações constantes na proposta, catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente à especificação exigida em edital.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.11.8. Qualificação Técnica:

A. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

14.11.8. Qualificação Econômico-Financeira:

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea "A", qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea "A", a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubiratã o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

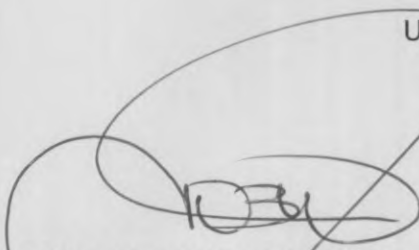
21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III - Minuta de Contrato.

Ubiratã, Paraná, 10 de agosto de 2021.


FABIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5322/2021

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 311/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB.**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. O trator a ser adquirido, o qual será viabilizado através de convênio junto ao SEAB, terá como finalidade principal beneficiar diretamente na preparação/adequação do solo, com o intuito de garantir uma melhor trafegabilidade na zona rural do município. O equipamento é essencial neste tipo de serviços, pois utiliza o gradil acoplado no maquinário em questão para promover o corte, elevação e mobilização, ou seja, para uma melhor descompactação do solo. Visando preparar/adequar a terra para receber tais benfeitorias em diversos trechos que são de competência da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, gerando ao pequeno produtor novas alternativas de renda ao meio rural, fortalecendo a agricultura familiar e dando condições ideais de escoamento da produção, assegurando também o desenvolvimento sustentável. A presente aquisição beneficiará diretamente 1140 agricultores familiares, nas mais diversas comunidades rurais.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade e valores unitários e totais máximos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR
1	Trator agrícola de pneus, plataformado, 4x4, potência de 80cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x4, 02 válvulas de controle remoto. CATMAT 455702.	1	R\$-190.000,00

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do objeto será de maneira integral.

5.1.1. O prazo para entrega será de trinta dias a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada via e-mail pela Divisão de Compras do Município.

5.1.2. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se à empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

5.2.1. O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, localizada na Avenida João Medeiros, s/nº, Ubitatã, Paraná.

5.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

5.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

5.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da empresa a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

6.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.

6.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento em definitivo do pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

8.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.3.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	884	119.700,00
0801	9017	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários		70.300,00

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Luiz Antônio Marafon.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Roberto Carlos Ribeiro, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Roseno Aparecido Silveiro.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

bela, amada e gentil

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 23/2021.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 126/2021.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR	MARCA
1	Trator agrícola de pneus, plataformado, 4x4, potência de 80cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x4, 02 válvulas de controle remoto. CATMAT 455702.	1	R\$-	

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG

bela, amada e gentil

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5322/2021, Pregão Eletrônico nº 126/2021 e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 311/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$-().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do objeto será de maneira integral.

5.1.1. O prazo para entrega será de trinta dias a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada via e-mail pela Divisão de Compras do Município.

5.1.2. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, conforme especificação, prazo e local constante no presente contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

5.2.1. O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, localizada na Avenida João Medeiros, s/nº, Ubatuba, Paraná.

5.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da CONTRATADA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do CONTRATANTE.

5.3.1. A CONTRATADA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo CONTRATANTE para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a retirada/substituição do objeto recusado.

5.4. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da CONTRATADA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, independente da forma de entrega.

6.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

- 7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;
- 7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;
- 7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- 7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;
- 7.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;
- 7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;
- 7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- 7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;
- 7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

- 7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;
- 7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento em definitivo do pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. Para liberação do pagamento à CONTRATADA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

8.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.3.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	884	119.700,00
0801	9017	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários		70.300,00

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

bela, amada e gentil

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Luiz Antônio Marafon.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Roberto Carlos Ribeiro, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Roseno Aparecido Silveiro.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 23/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incorrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO

bela, amada e gentil

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2021.

bela, amada e gentil



MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

000061

UBIRATÃ

PREFEITURA



000062 *[Handwritten signature]*

AVISO DE LICITAÇÃO E PUBLICAÇÕES

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

UBIRATÃ

PREFEITURA



000063

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5322/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a aquisição de trator agrícola 4x4 em atendimento ao convênio nº 311/2020, firmado entre o município de Ubiratã e a secretaria de estado da agricultura e do abastecimento - SEAB.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 8h30min do dia 31 de agosto de 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das às 8h30min do dia 31 de agosto 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 11 de agosto de 2021.

Ubiratã, Paraná, 11 de agosto de 2021.

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2021

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.428- ANO: XVI

Página 4 de 7

www.ubirata.pr.gov.br

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba Processos Licitatórios.

Ubiratã, Paraná, 10 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5319/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP

O Município de Ubiratã torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REPAROS NA PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA ESTRADA MATO GROSSO.

Recebimento e abertura das propostas: 25 de agosto de 2021, às 14 horas.

Local de abertura: Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba Processos Licitatórios.

Ubiratã, Paraná, 10 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5320/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP

O Município de Ubiratã torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando a AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE PEÇAS ELÉTRICAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.

Recebimento e abertura das propostas: 30 de agosto de 2021, às 08h30min.

Local de abertura: Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba Processos Licitatórios.

Ubiratã, Paraná, 10 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5321/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2021

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP/COOP

O Município de Ubiratã torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REGULAGEM DE VIDROS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO E CULTURA.

Recebimento e abertura das propostas: 30 de agosto de 2021, às 15 horas.

Local de abertura: Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba Processos Licitatórios.

Ubiratã, Paraná, 10 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5322/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a aquisição de trator agrícola 4x4 em atendimento ao convênio nº 311/2020, firmado entre o município de Ubiratã e a secretaria de estado da agricultura e do abastecimento - SEAB.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 8h30min do dia 31 de agosto de 2021, horário de Brasília, Distrito Federal. Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 8h30min do dia 31 de agosto 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 11 de agosto de 2021.

Ubiratã, Paraná, 11 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5323/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2021

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a aquisição de carreta basculante agrícola destinada à secretaria de viação e serviços rurais.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 14 horas do dia 31 de agosto de 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 14 horas do dia 31 de agosto 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 11 de agosto de 2021.

Ubiratã, Paraná, 11 de agosto de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5324/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2021

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a aquisição de equipamentos e mobiliário em geral destinados ao almoxarifado municipal.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 01 de setembro de 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 01 de setembro 2021, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 11 de agosto de 2021.

Ubiratã, Paraná, 11 de agosto de 2021.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2021

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5312/2021.

2. OBJETO: Aquisição emergencial e temporária do medicamento Omeprazol 20mg.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: BROILO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.321.906/0001-39, situada na Rua São Manoel, nº 1836, Rio Branco, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

5. VALOR: R\$-10.185,60 (dez mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 06/08/2021

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 06 de agosto de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2021

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5315/2021.

2. OBJETO: Contratação de assistência técnica especializada para fornecimento de peças e suprimentos originais e serviços para reparo da bomba injetora do gerador de energia.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XVII da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: RETIFICADORA TIETE LTDA, inscrita no CNPJ Nº 73.645.160/0001-61, sediada à Rua Tiete, nº 1843, Vila Nova, CEP 86.025-230, Município de Londrina, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$-6.469,33 (seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos)

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 09/08/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 09 de agosto de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

Início

Ubiratã

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5322/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021

O Município de Ubitatã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando a aquisição de trator agrícola 4x4 em atendimento ao convênio nº 311/2020, firmado entre o município de Ubitatã e a secretaria de estado da agricultura e do abastecimento - SEAB. Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 8h30min do dia 31 de agosto de 2021, horário de Brasília, Distrito Federal. Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 8h30min do dia 31 de agosto 2021, horário de Brasília, Distrito Federal. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 11 de agosto de 2021. Ubitatã, Paraná, 11 de agosto de 2021.

122815/2021

Xambrê

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº46/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
CONTRATADO: INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAM LTDA - EPP, OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa por empreitada global para execução obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde - UBS deste Município de Xambrê - Distrito de Casa Branca, conforme PROPOSTA Nº 09318.8530001/20-002 - Ministério da Saúde - SISMOB, VIGÊNCIA: 19/07/2021 à 18/01/2022, VALOR TOTAL: R\$231.058,55, FUNDAMENTAÇÃO: Tomada de Preços nº 01/2021, homologada em 09/07/2021.

DÉCIO JARDIM

122837/2021

Entidades Municipais

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 035/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2459/2021 PARECER JURÍDICO Nº 199/2021

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas da área de Saúde para prestação de serviços complementares especializados, devidamente previstos na Tabela do COMESP ou sucessivamente, na Tabela SIA/SUS, a serem prestados nos consultórios particulares, laboratórios, clínicas/hospitais, no Centro de Especialidades e demais localidades descentralizadas e designadas pelo COMESP (MÉDICO PSIQUIATRA), conforme Edital de Credenciamento nº 001/2021. **CONTRATADO:** LOPES E GUINANCIO CLINICA MEDICA S/S, inscrita no CNPJ sob nº. 39.384.314/0001-70. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.10.122.0001.2002.3.3.90.39.50.30, Fonte 10003, 01.001.10.122.0001.2004.3.3.90.39.50.30 e 01.001.10.122.0001.2005.3.3.90.39.50.30, Fonte 10005, 01.001.10.122.0001.2006.3.3.90.39.50.30, Fonte 10001. Reduzido 13,17,19,20. **VALOR TOTAL:** R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais), para 12 (doze) meses de prestação de serviços. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25da Lei 8.666/1993, Curitiba, 11 de Agosto de 2021. **POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO** - Presidente da Comissão Permanente de Licitação. **Ratifica a Inexigibilidade nº 035/2021** - Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas da área de Saúde para prestação de serviços complementares especializados, devidamente previstos na Tabela do COMESP ou sucessivamente, na Tabela SIA/SUS, a serem prestados nos consultórios particulares, laboratórios, clínicas/hospitais, no Centro de Especialidades e demais localidades descentralizadas e designadas pelo COMESP (MÉDICO PSIQUIATRA), conforme Edital de Credenciamento nº 001/2021. Curitiba, 11 de Agosto de 2021. **DANIELA A. G. FRANÇA CAVALCANTE** - Diretora Geral do COMESP

122901/2021

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA
Aviso de Adendo à Licitação
A Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa adendo ao pregão eletrônico nº 79/2021, que se encontra em andamento, através da Bolsa de Licitação para Registro de preços para eventual aquisição de informações poderão ser obtidas no horário das 09h00m às 18h00m, na sede da Prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1015 (ramal 114) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/>. Ponta Grossa, 11/08/2021.
Rodrigo Daniel Manjabosco
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
485953721

Documento emitido em 13/08/2021 08:28:15.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10995 | 12/08/2021 | PÁG. 37

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br

122975/2021

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2244/2021 PARECER JURÍDICO Nº 200/2021

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas da área de Saúde para prestação de serviços complementares especializados, devidamente previstos na Tabela do COMESP ou sucessivamente, na Tabela SIA/SUS, a serem prestados nos consultórios particulares, laboratórios, clínicas/hospitais, no Centro de Especialidades e demais localidades descentralizadas e designadas pelo COMESP (MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR E EXAMES), conforme Edital de Credenciamento nº 001/2021. **CONTRATADO:** THAIS DUARTE BAIÃO PESSOA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 33.177.651/0001-00. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.10.122.0001.2002.3.3.90.39.50.30, Fonte 10003, 01.001.10.122.0001.2004.3.3.90.39.50.30 e 01.001.10.122.0001.2005.3.3.90.39.50.30, Fonte 10005, 01.001.10.122.0001.2006.3.3.90.39.50.30, Fonte 10001. Reduzido 13,17,19,20. **VALOR TOTAL:** R\$ 122.532,00 (cento e vinte e dois mil quinhentos e trinta e dois reais), para 12 (doze) meses de prestação de serviços. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25da Lei 8.666/1993, Curitiba, 11 de Agosto de 2021. **POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO** - Presidente da Comissão Permanente de Licitação. **Ratifica a Inexigibilidade nº 036/2021** - Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas da área de Saúde para prestação de serviços complementares especializados, devidamente previstos na Tabela do COMESP ou sucessivamente, na Tabela SIA/SUS, a serem prestados nos consultórios particulares, laboratórios, clínicas/hospitais, no Centro de Especialidades e demais localidades descentralizadas e designadas pelo COMESP (MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR E EXAMES), conforme Edital de Credenciamento nº 001/2021. Curitiba, 11 de Agosto de 2021. **DANIELA A. G. FRANÇA CAVALCANTE** - Diretora Geral do COMESP

122903/2021

Ato da Diretoria Executiva 085/2021 Contratação de Funcionários

Considerando o disposto no item 7 do Plano de Cargos, Salários e Benefícios da Fundação Araucária;
Considerando o disposto no Ato da Diretoria Executiva 004/2018;
Considerando que o Concurso Público 01/2017 encontra-se em vigência;

Considerando o resultado do Concurso Público 01/2017, cujo resultado definitivo foi divulgado pelo Edital de homologação do resultado final e classificação, com validade prorrogada por ato de 28 de agosto de 2019;

A Diretoria da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná resolve, com base no disposto no artigo 41, inciso I, da Lei Estadual 12.020/1998 e no artigo 33, inciso IV, do Estatuto da entidade, TORNAR SEM EFEITO o Ato da Diretoria Executiva nº 084/2021, na parte em que nomeava o candidato LUCAS MAZON CEZAR, 6º colocado no Concurso Público 01/2017, para o cargo de Assistente Administrativo, em virtude de desistência do candidato. Bem como, resolve NOMEAR a candidata abaixo relacionada, conforme ordem de classificação obtida no concurso em apreço:

1. TANIA MARCON DELA VEDOVA, 7ª colocada no Concurso Público 01/2017, para o cargo de Assistente Administrativo, devendo sua contratação dar-se no nível salarial A-0;

Curitiba, 10 de agosto de 2021.

Prof. Ramiro Wahrhaftig - Presidente

Gerson Luiz Koch - Diretor Administrativo-Financeiro

Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa - Diretor Científico

123007/2021

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA - PR Aviso de Licitação

A Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR realizará no dia 27 de agosto de 2021 às 14h00, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bilcompras), pregão na forma eletrônica nº 096/2021, para Registro de preços de GENEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO. Valor Máximo: R\$ 114.225,60 (Cento e quatorze mil duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos). Mais informações poderão ser obtidas no horário das 09 horas às 17 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1015 (ramal 1240) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/>.

Ponta Grossa, 11/08/2021

Rodrigo Daniel Manjabosco

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

123058/2021

AVISO DE LICITAÇÃO ID 886571 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2021, PREGÃO ELETRÔNICO Nº REÇOS 007/2021.

de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, o licitante, inscrita no CNPJ nº 13.681.884/0001-79 (art. 7º da Lei nº 79/2019) toma público para ciência a abertura do processo de licitação, visando a aquisição de frota de veículos pertencentes a CISLIPA, por meio de PREGÃO DA SESSÃO: 24/08/2021 às: 10:00 hrs, publicação da licitação no portal licitações. 2021. Rosiana do Rocio Pereira Pesch - 19.

122695/2021

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais			
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE UBIRATÃ		
Ano*	2021		
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	126		
Modalidade*	Pregão		
Número edital/processo*	5322		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição Financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 311/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB		
Forma de Avaliação	Menor Preço		
Dotação Orçamentária*	0900226782001510244490524000		
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	190.000,00		
Data de Lançamento do Edital	10/08/2021		
Data da Abertura das Propostas	31/08/2021	Data Registro	12/08/2021
NOVA Data da Abertura das Propostas		Data Registro	
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não		
Há cota de participação para EPP/ME?	Não		
Percentual de participação:	0,00		
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não		
Data Cancelamento			

[Editar](#) [Excluir](#)

CPF: 6646640912 ([Logout](#))

000067



FASE EXTERNA

ANEXO II
PROPOSTA

NOME DA LICITANTE: Simoagro Máquinas Agrícolas LTDA
CNPJ: 36.306.691/0001-01 Inscrição Estadual: 90.840.129-87
Endereço: Rod. Parigot de Souza KM 220, nº 160, vila Romana II
Cidade: Arapoti/PR.
Telefone. 43-3557-2540
e-mail: suelen.almeida@nossocampo.com

Referente ao Pregão Eletrônico nº 126/2021.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:
 - 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$189.000,00(Cento e oitenta e nove mil reais).
 - 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias a partir da data da sessão.
 - 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.
2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor João Roberto Martins de Araujo, RG nº 2.131.839-6 CPF nº 372.400.569-53, Endereço Rua João Rogenski, 189, Vila Rudy, Arapoti/PR.
3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor João Roberto Martins de Araujo, RG nº 2.131.839-6 CPF nº 372.400.569-53, Endereço Rua João Rogenski, 189, Vila Rudy, Arapoti/PR.
4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco 001 – Banco do Brasil
Agência: 1347-1
Conta: 24.967-X
Relação de itens cotados:

5. PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR	MARCA
1	Trator agrícola de pneus, plataformado, 4x4, potência de 90 cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x12, 02 válvulas de controle remoto. CATMAT 455702.	1	R\$ 189.000,00	Solis/Solis 90
Total	R\$ 189.000,00	Cento e Oitenta e Nove mil reais		

Arapoti/PR, em 31 de agosto de 2021

**JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:**
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

Especificações Técnicas - Trator Solis 90

Motor	Modelo	ITL410SELT - Diesel
	Potência - cv (kW)	90 (66,15)
Aspiração	Nº de cilindros	4
	Turbo Intercooler	4087
Filtro de Ar	Cilindradas (cc)	2000
	Rotação RPM (+/- 25mm)	Sim
Auxílio na partida à frio	Rotação RPM (+/- 25mm)	2000
	Torque Máximo (Nm)	360 @ 1300 rpm
Reserva de torque	Torque Máximo (Nm)	22%
	Nível de emissões	MAR-3 / Tier 3
Tração	4x4	
	Embreagem	Dupla independente
Nº de marchas	12F - 12R (reversor sincronizado)	
	Engrenagens sincronizadas	Euclicética
Velocidade (à frente)	Redução do eixo traseiro	32:31 @ 2000
	Velocidade Máxima (km/h)	1,57 @ 2000 470 m/h ¹⁾
Freios	Velocidade Mínima (km/h) [opcional]	Multidiscos imersos em óleo
	Freios	Mecânico
Bloqueio do diferencial	Freio de estacionamento	Alavanca manual
	Freio de estacionamento	Acionamento mecânico por pedal
Tomada de Potência	Eixo Traseiro	Limitador de deslizamento
	Eixo Dianteiro	540 / 540 eco / proporcional
Sistema Elétrico	3 velocidades (rpm)	Mecânico
	Acionamento	Mecânica independente
Bateria	12V & 110AH	
	Alternador	12V, 90A
Tomada elétrica para reboque	Padrão 7 pinos	
	Iluminação	Farol Alto/Baixo, farol auxiliar e de trabalho
Sinalização / Alimentação	Lanterna	Luz de freio, pisca alerta, sinalizador direcional, tomada 12V, buzina.
	Sinalização	CAT - II
Hidráulico	Engate de 3 pontos	Ajustável
	Estabilizador	2500 [3000] ²⁾
Capacidade de levantamento	Capacidade de levantamento hidráulico (kg) [opcional]	2 válvulas, dupla ação com um corpo conversível para simples ação
	Válvula de Comando Direcional	44 (Bomba hidráulica) + 24 (Direção hidrostática)
Bomba cc	Vazão da bomba hidráulica (lpm) [opcional]	56 (Bomba Hidráulica) + 24 (Direção Hidrostática) ³⁾
	Capacidade de Segurança	Sim
Tanque de Combustível (L)	Capacidade [opcional]	76 [100] ⁴⁾
	Capacidade [opcional]	3,2
Rato de giro	Sem freios (m)	11,9 - 24 (R1) 12,4 - 24 (R1)
	Dianteiro [opcional]	16,9 - 30 (R1) 18,4 - 30 (R1)
Pneu Standard	Traseiro [opcional]	3450
	Peso	2218
Peso & Dimensões (+/- 5%)	Distância entre eixos	4110 (min) / 4200 (max)
	Comprimento total (mm)	2410 (min) / 2810 (max)
Equipamentos Básicos	Altura (mm) até o ROPS	415
	Distância do solo (mm)	1950 (min)
Opcionais	Largura dianteira (mm)	2000 (min)
	Largura traseira (mm)	

¹⁾ Trator com relação de transmissão super reduzida, velocidade mínima de 470m/h.

²⁾ Cilindro auxiliar para levantar hidráulico de 3.000Kg.

³⁾ Bomba Hidráulica para levantar hidráulico de 56 lpm.

⁴⁾ Tanque auxiliar de 24 L.



SOLIS
EM PARCERIA COM
YANMAR

YANMAR SOUTH AMERICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.

Matriz: Av. Presidente Vargas, 1.400 - Vila Vitória II - Indaiatuba - SP - CEP: 13.338-901 Fone: (19) 3801-9200 / Fax: (19) 3834-4454

Filial São Paulo: Rua Frei Egidio Laurent, 341 - Vila dos Remédios - Osasco - SP - CEP: 06.298-020 Fone: (11) 2284-2350

Filial Manaus: Rua Jonas Pedrosa, 50 - Centro - Manaus - AM - CEP: 69.020-110 Fone: (92) 3347-9205 / Fax: (92) 3347-9206

www.yanmar.com.br

As imagens são meramente ilustrativas. Todas as informações contidas neste catálogo estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.

SOLIS 90



000070288

SOLIS

YANMAR - CONTRIBUINDO PARA O PRODUTOR DO FUTURO

Assunto: Re: Proposta da empresa - PE 126/2021

De: Serviços Urbanos <servicosurbanos@ubirata.pr.gov.br>

Data: 31/08/2021 14:12

Para: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Boa tarde,

Proposta aceita.

Em 31/08/2021 09:01, Licitação escreveu:

Bom dia,

Segue anexo proposta da empresa classificada em primeiro lugar.

Por gentileza, verificar e me dar um retorno.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

000072000

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 31/08/2021 15:03:39

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**
CNPJ: **36.306.691/0001-01**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

000073,080

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SANDERSON PARTICIPACOES SOCIETARIAS EIRELI**

CPF/CNPJ: **35.765.757/0001-50**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:11:41 do dia 31/08/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 2URY310821151141

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000075080

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)[Incluir Impedimento](#)

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento

CNPJ



Número documento

36306691000101

Nome

Tipo de Sanção

Todos



Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Situação:

Todas

Links úteis: [Consulta TCU](#) / [Consulta CADIN PR](#)[Pesquisar](#)[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



00007680

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.306.691/0001-01 DUNS®: 929195930
Razão Social: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Nome Fantasia: NOSSO CAMPO AGRICULTURE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/07/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/10/2021
FGTS	Validade:	18/09/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	07/01/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	11/11/2020 (*)
Receita Municipal	Validade:	13/08/2020 (*)

Emitido em: 31/08/2021 15:09

CPF: 064.796.659-02 Nome: CARLA BAENA AGUILAR MELO

Ass: _____ 1 de 1



0000771080

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.306.691/0001-01 DUNS®: 929195930
Razão Social: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Nome Fantasia: NOSSO CAMPO AGRICULTURE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/07/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Inscrição Estadual: 90840129-87 Inscrição Municipal: 9771
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 1.000.000,00 Data de Abertura da Empresa: 10/02/2020
CNAE Primário: 4661-3/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS
CNAE Secundário 1: 3313-9/01 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES,
CNAE Secundário 2: 3314-7/12 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS
CNAE Secundário 3: 4530-7/03 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS
CNAE Secundário 4: 4649-4/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE
CNAE Secundário 5: 4662-1/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 6: 4663-0/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 7: 4669-9/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E
CNAE Secundário 8: 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
CNAE Secundário 9: 4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
CNAE Secundário 10: 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS

Dados para Contato

CEP: 84.990-000
Endereço: RUA GOV PARIGOT DE SOUZA PR 092 KM 220, 160 - VILA ROMANA II
Município / UF: Arapoti / Paraná
Telefone: (43) 35572540
E-mail: CONTATO@NOSSOCAMPO.COM

Relatório Nível I - Credenciamento

00007808

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 037.543.269-88

Nome: ELTON SANDERSON

Carteira de Identidade: 1340937-9

Órgão Expedidor: SSP/MT

Data de Expedição: 25/11/1998

Data de Nascimento: 17/11/1983

E-mail: eltonsandersonadv@gmail.com

Relatório Nível I - Credenciamento

000079,080

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 037.543.269-88
Nome: ELTON SANDERSON
Carteira de Identidade: 1340937-9 Órgão Expedidor: SSP/MT
Data de Expedição: 25/11/1998 Data de Nascimento: 17/11/1983
Filiação Materna: ELI SANDERSON
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 037.300.769-81
Nome: RAFAELA BONACIN SANDERSON
Carteira de Identidade: 3311400 Órgão Expedidor: SSP/DF
Data de Expedição: 19/09/2011

CEP: 80.240-260
Endereço: RUA ESTEVAO BAYAO, 131 - APTO 181 - BATEL
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 87153006
E-mail: eltonsandersonadv@gmail.com

Dados do Sócio/Administrador 2

CNPJ: 13.806.854/0001-01 Participação Societária: 49,00%
Nome: SOLUCAO PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA
Data Abertura Empresa: 07/06/2011
CEP: 84.990-000
Endereço: RODOVIA PARIGOT DE SOUZA, PR 092 - SALA 01 - KM 220
Município / UF: Arapoti / Paraná
Telefone: (43) 35129000 Telefone: (43) 35129018
E-mail: LICITACAO@SIMOAGROTRATORES.COM.BR

Dados do Sócio/Administrador 3

CNPJ: 35.765.757/0001-50 Participação Societária: 51,00%
Nome: SANDERSON PARTICIPACOES SOCIETARIAS EIRELI
Data Abertura Empresa: 11/12/2019
CEP: 80.240-000
Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 4682 - SALA 503 ANDAR 08 COND
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 87153006
E-mail: ELTONSADERSONADV@GMAIL.COM

Relatório Nível I - Credenciamento

000080080

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 372.400.569-53
Nome: JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO
Carteira de Identidade: 2313839-6 Órgão Expedidor: SESPP-PR
Data de Expedição: 21/02/2011 Data de Nascimento: 09/12/1959
Filiação Materna: MARIA DA LUZ MARTINS ARAUJO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 815.856.839-49
Nome: INIUCE DE JESUS PRESTES DE ARAUJO
Carteira de Identidade: 3500757-1 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 04/02/2011

CEP: 84.990-000
Endereço: AVENIDA JOAO ROGENSKI, 181 - CASA - VILA RUDY
Município / UF: Arapoti / Paraná
Telefone: (43) 35572540
E-mail: licitacao@simoagrotratores.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

00008108

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 037.543.269-88
Nome: ELTON SANDERSON
Carteira de Identidade: 1340937-9 Órgão Expedidor: SSP/MT
Data de Expedição: 25/11/1998 Data de Nascimento: 17/11/1983
Filiação Materna: ELI SANDERSON
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 037.300.769-81
Nome: RAFAELA BONACIN SANDERSON
Carteira de Identidade: 3311400 Órgão Expedidor: SSP/DF
Data de Expedição: 19/09/2011

CEP: 80.240-260
Endereço: RUA ESTEVAO BAYAO, 131 - APTO 181 - BATEL
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 87153006
E-mail: eltonsandersonadv@gmail.com

Dados do Dirigente 2

CPF: 372.400.569-53
Nome: JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO
Carteira de Identidade: 2313839-6 Órgão Expedidor: SESPP-PR
Data de Expedição: 21/02/2011 Data de Nascimento: 09/12/1959
Filiação Materna: MARIA DA LUZ MARTINS ARAUJO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 815.856.839-49
Nome: INIUCE DE JESUS PRESTES DE ARAUJO
Carteira de Identidade: 3500757-1 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 04/02/2011

CEP: 84.990-000
Endereço: AVENIDA JOAO ROGENSKI, 181 - CASA - VILA RUDY
Município / UF: Arapoti / Paraná
Telefone: (43) 35572540
E-mail: licitacao@simoagrotratores.com.br

Linhas Fornecimento

Materiais

2420 - TRATORES SOBRE RODAS

**ANEXO II
PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE: Simoagro Máquinas Agrícolas LTDA
CNPJ: 36.306.691/0001-01 Inscrição Estadual: 90.840.129-87
Endereço: Rod. Parigot de Souza KM 220, nº 160, vila Romana II
Cidade: Arapoti/PR.
Telefone: 43-3557-2540
e-mail: suelen.almeida@nossocampo.com

1

Referente ao Pregão Eletrônico nº 126/2021.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$190.000,00(Cento e noventa mil reais).

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor João Roberto Martins de Araujo, RG nº 2.131.839-6 CPF nº 372.400.569-53, Endereço Rua João Rogenski, 189, Vila Rudy, Arapoti/PR.

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor João Roberto Martins de Araujo, RG nº 2.131.839-6 CPF nº 372.400.569-53, Endereço Rua João Rogenski, 189, Vila Rudy, Arapoti/PR.

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco 001 – Banco do Brasil

Agência: 1347-1

Conta: 24.967-X

Relação de itens cotados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR	MARCA
1	Trator agrícola de pneus, plataformado, 4x4, potência de 90 cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x12, 02 válvulas de controle remoto. CATMAT 455702.	1	R\$ 190.000,00	Solis/Solis 90

Arapoti/PR, em 31 de agosto de 2021

**JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:**
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM
BRANCO), OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 4682, Sala 503, Andar 08, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 35.765.757/0001-50, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 416.0097747.5, arquivada em sessão de 11/12/2019, representada pelo Titular **ELTON SANDERSON**, brasileiro, casado, regime Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 75874, inscrito no CPF/MF sob nº 037.543.269-88, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 1.340.937-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, nº 131, Apto. 32, Andar 03, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-260;

SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com sede na Rodovia Parigot de Souza, PR 92, KM 220, Sala 01, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 13.806.854/0001-01, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 412.0708453.3, arquivada em sessão de 07/06/2011, representada pelos Sócios Administradores, **JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO**, brasileiro, casado, regime Comunhão Universal de Bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Luiz Pinheiro, nº 585, Jardim Primavera, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 2.131.839-6/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 372.400.569-53; e, **TIAGO PRESTES ARAUJO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua João Rogenski, nº 181, Vila Rudy, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 8.691.232-5/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 044.626.919-03;

RESOLVEM, constituir uma sociedade empresária Limitada, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições: (art. 997, I, CC/2002)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob o nome empresarial, **SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE: A Sociedade tem sede na Rua Gov Parigot De Souza Pr 092 Km 220, nº 160, Vila Romana II, CEP 84990-000, Arapoti, Paraná, **podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação dos sócios.**

CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades, data de arquivamento na JUCEPAR, em seu prazo de duração é por tempo **indeterminado**.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- c) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
- d) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
- e) **CNAE 4649-4/02** - Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

- g) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;
- h) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
- i) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- j) **CNAE 4930-2/01** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.
- k) **CNAE 4930-2/02** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido na quantia de 1.000.000 (um milhão de quotas), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país. Ficando assim distribuídas entre os Sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	(%)
SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI	510.000	510.000,00	51,00%
SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	490.000	490.000,00	49,00%
TOTAL	1.000.000	1.000.000,00	100,00%

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade caberá aos **ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS**, abaixo qualificados, com aprovação de 100% (cem por cento) pelos Sócios Quotistas:

- a) **ELTON SANDERSON**, brasileiro, casado, regime Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 75874, inscrito no CPF/MF sob nº 037.543.269-88, portador

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

da Carteira de Identidade RG sob nº 1.340.937-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, nº 131, Apto. 32, Andar 03, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-260;

- b) **JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO**, brasileiro, casado, regime Comunhão Universal de Bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Luiz Pinheiro, nº 585, Jardim Primavera, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 2.131.839-6/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 372.400.569-53;

Parágrafo 1º - Os Administradores não Sócios, terão poderes e atribuições para, gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la **ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente**, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial de forma **privativa e individualmente**.

Parágrafo 2º - É vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo 3º - Faculta-se aos administradores não sócios, apenas em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Parágrafo 4º - Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação dele dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

Parágrafo 5º - A investidura de administrador designado em ato separado, obedecendo às formalidades da legislação vigente.

Parágrafo 6º - As deliberações sociais, que impliquem em qualquer alteração do contrato social, tais como, exemplificativamente, modificação do objeto social, transformação do tipo jurídico, incorporação, fusão, cisão, dissolução, liquidação ou extinção da sociedade, deverão ser tomadas em reunião dos sócios quotistas que representam a totalidade do capital social.

CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRÓ-LABORE: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Único - Com exceção dos Sócios Administradores, os demais Sócios só terão direito a retirada de Pró-Labore, se estiverem prestando serviços à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção ou não de suas participações no capital social, dos lucros ou das perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a isoladamente, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA: Ressalvado o disposto no art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo 2º - Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado na forma prevista na cláusula décima segunda deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÃO DE SÓCIOS: Dependem de deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) Designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) Destituição dos administradores;
- d) Modo de sua remuneração;
- e) Modificação do contrato social;
- f) Cisão, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

- g) Nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
- h) Pedido de concordata;
- i) Transformação da sociedade;
- j) Outros assuntos de interesse social.

Parágrafo 1º - As deliberações sociais, obedecido ao disposto no art. 1.010 da Lei n.º 10.406/2002, serão tomadas em reunião dos sócios, convocadas pelos administradores nos casos acima previstos, dispensando-se a realização da mesma quanto todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião;

Parágrafo 2º - A convocação das reuniões será feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento (AR), enviada para o endereço dos sócios e deverá conter local, data, hora e ordem do dia, para a instalação da reunião;

Parágrafo 3º - É dispensada qualquer formalidade de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem dia;

Parágrafo 4º - As reuniões serão convocadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias úteis da data de sua realização, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, para as posteriores;

Parágrafo 5º - Uma vez regularmente convocada, dever-se-á observar o quorum de instalação da reunião, o qual deverá ser de no mínimo de $\frac{3}{4}$ do capital social para a primeira convocação e em segunda convocação com qualquer número;

Parágrafo 6º - O sócio pode ser representado na reunião por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata;

Parágrafo 7º - As reuniões serão presididas por sócio escolhido entre os presentes e caberá ao presidente a escolha do secretário;

Parágrafo 8º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

- pelos votos correspondentes a, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do capital social para: a modificação do contrato social, para a incorporação, fusão, dissolução e cessação do estado de liquidação;
- pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social (maioria absoluta) para: designação dos administradores, quando em ato separado, destituição dos administradores, estabelecimento do modo de sua remuneração, pedido de concordata e também para transformação de tipo jurídico;
- pelos votos correspondentes a, no mínimo, $\frac{2}{3}$ do capital social para: designação de administrador não sócio, se o capital estiver integralizado; destituição de sócio nomeado administrador no contrato;
- pela unanimidade dos sócios para: designação de administrador não sócio, se o capital não estiver totalmente integralizado;
- pela maioria de votos dos presentes (maioria simples): nos demais casos previstos em lei

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

ou no presente contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

Parágrafo 9º - Dos trabalhos e deliberações tomadas será lavrada ata, no Livro de Atas de Reunião e ata será assinada por todos os presentes;

Parágrafo 10º - Para produzir seus efeitos legais, cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, nos vinte dias subsequentes à reunião, apresentada para arquivamento e averbação na Junta Comercial, mas, as modificações do ato constitutivo "deliberadas em reunião" devem ser formalizadas em instrumento de alteração contratual;

Parágrafo 11º - A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, no primeiro quadrimestre seguinte ao término do exercício social, para os fins do disposto na cláusula 11ª deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DIREITO DE RECESSO: Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à deliberação, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 1.031 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores não sócios, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Arapoti-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, em 01 (uma) via, de igual teor e forma, devidamente rubricada, pelos sócios em todas as suas folhas, obrigando-se, fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Arapoti, 07 de Janeiro de 2020.

SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI
ELTON SANDERSON

SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
CONTRATO SOCIAL DE ABERTURA

SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO
TIAGO PRESTES ARAUJO

ELTON SANDERSON
ADMINISTRADOR

JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO
ADMINISTRADOR

VISTO ADVOGADO

ELTON SANDERSON
OAB/PR Nº 75.874
CPF/MF. 019.139.309-63



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

000090

Página 8 de 8

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nome	
03754326988	ELTON SANDERSON	
37240056953	JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO	

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2020 08:36 SOB N° 41209274526.
PROTOCOLO: 200793810 DE 07/02/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000616346. NIRE: 41209274526.
SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 10/02/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000091

SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 4682, Sala 503, Andar 08, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 35.765.757/0001-50, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 416.0097747.5, arquivada em sessão de 11/12/2019, representada pelo Titular **ELTON SANDERSON**, brasileiro, casado, regime Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 75874, inscrito no CPF/MF sob nº 037.543.269-88, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 1.340.937-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, nº 131, Apto. 32, Andar 03, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-260;

SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com sede na Rodovia Parigot de Souza, PR 92, KM 220, Sala 01, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 13.806.854/0001- 01, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 412.0708453.3, arquivada em sessão de 07/06/2011, representada pelos Sócios Administradores, **JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO**, brasileiro, casado, regime Comunhão Universal de Bens, empresário, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 189, Vila Rudy, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 2.131.839-6/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 372.400.569-53;

Unicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada **SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**, com sede na cidade de Arapoti, Estado do Paraná, na **Rua Gov Parigot De Souza Pr 092 Km 220, nº 160 , Vila Romana II, CEP 84990-000**, com seus atos registrados na JUCEPAR NIRE nº 412.0927452.6, em sessão de 10/02/2020, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.306.691/0001-01; RESOLVEM, de comum acordo promover a presente alteração do Contrato Social, termos da Lei no 10.406/02, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CRIAÇÃO DA FILIAL Nº 04: Fica neste ato, criada a **FILIAL Nº 04**, em **GUARAPUAVA – PR**, localizada na **Rua Tucuruí, nº 2.637, Sala 01, Vila Carli, Guarapuava, Paraná, CEP 85040-364**, com Objeto Social de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- c) **CNAE 4930-2/02** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.
- d) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- e) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

00009208

- Industrial; Partes e Peças;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
 - g) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
 - h) **CNAE 4649-4/02** -Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
 - i) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
 - j) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
 - k) **CNAE 4930-2/01** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSIDERAÇÕES GERAIS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do presente Contrato Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: Em decorrência das alterações acima, e para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDAÇÃO

SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 4682, Sala 503, Andar 08, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 35.765.757/0001-50, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº 416.0097747.5, arquivada em sessão de 11/12/2019, representada pelo Titular **ELTON SANDERSON**, brasileiro, casado, regime Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 75874, inscrito no CPF/MF sob nº 037.543.269-88, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 1.340.937-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, nº 131, Apto. 32, Andar 03, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-260;

SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com sede na Rodovia Parigot de Souza, PR 92, KM 220, Sala 01, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 13.806.854/0001- 01, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE nº

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000093

412.0708453.3, arquivada em sessão de 07/06/2011, representada pelos Sócios Administradores, **JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO**, brasileiro, casado, regime Comunhão Universal de Bens, empresário, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 189, Vila Rudy, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 2.131.839-6/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 372.400.569-53;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada **SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**, com sede na cidade de Arapoti, Estado do Paraná, na **Rua Gov Parigot De Souza Pr 092 Km 220, nº 160 , Vila Romana II, CEP 84990-000**, com seus atos registrados na JUCEPAR NIRE nº 412.0927452.6, em sessão de 10/02/2020, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.306.691/0001-01;


CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob o nome empresarial, **SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE: A Sociedade tem sede na **Rua Gov Parigot De Souza Pr 092 Km 220, nº 160 , Vila Romana II, CEP 84990-000, Arapoti, Paraná**, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior.

Parágrafo Primeiro: FILIAL Nº 01, localizada na **Rua Itália, nº 695, Parque São Miguel, Ibaíti, Paraná, CEP 84.900-000**, com Objeto Social de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- c) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
- d) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
- e) **CNAE 4649-4/02** - Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
- g) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. N° 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL


000094 

- h) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
- i) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- j) **CNAE 4930-2/01** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.
- k) **CNAE 4930-2/02** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.

Parágrafo Segundo: FILIAL N° 02, localizada na **Colônia Rodovia do Xisto BR 476 Km 198,5, S/N, Lote Sítio São Francisco, Boqueirão, Lapa, Paraná, CEP 83750-000**, com Objeto Social de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- c) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
- d) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
- e) **CNAE 4649-4/02** -Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
- g) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;
- h) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
- i) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- j) **CNAE 4930-2/01** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.
- k) **CNAE 4930-2/02** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000095 

Parágrafo Terceiro: CRIAÇÃO DA FILIAL Nº 03: Fica neste ato, criada a **FILIAL Nº 03**, em **PONTA GROSSA – PR**, localizada na **Avenida Senador Flávio Carvalho Guimarães, nº 3.650, Boa Vista, Ponta Grossa, Paraná, CEP 84072-190**, com Objeto Social de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- c) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
- d) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
- e) **CNAE 4649-4/02** - Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
- g) **CNAE 4663-0/00** - Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;
- h) **CNAE 4669-9/99** - Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
- i) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- j) **CNAE 4930-2/01** - Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.
- k) **CNAE 4930-2/02** - Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.

Parágrafo Quarto: CRIAÇÃO DA FILIAL Nº 04: Fica neste ato, criada a **FILIAL Nº 04**, em **GUARAPUAVA – PR**, localizada na **Rua Tucuruí, nº 2.637, Sala 01, Vila Carli, Guarapuava, Paraná, CEP 85040-364**, com Objeto Social de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- c) **CNAE 4930-2/02** - Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.
- d) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. N° 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000096080

- Motores Elétricos;
- e) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;
 - f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
 - g) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e Peças.
 - h) **CNAE 4649-4/02** - Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
 - i) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
 - j) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
 - k) **CNAE 4930-2/01** – Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades, data de arquivamento na JUCEPAR, em seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de:

- a) **CNAE 4661-3/00** - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para uso Agropecuário; Partes e Peças; (Tratores, Colheitadeiras e Implementos Agrícolas);
- b) **CNAE 3313-9/01** - Manutenção e Reparação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos;
- c) **CNAE 3314-7/12** - Manutenção e Reparação de Tratores Agrícolas;
- d) **CNAE 4530-7/03** - Comércio a Varejo de Peças e Acessórios novos para Veículos Automotores;
- e) **CNAE 4649-4/02** - Comércio Atacadista de Aparelhos Eletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico;
- f) **CNAE 4662-1/00** - Comércio Atacadista Máquinas, Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção; Partes e Peças; (Tratores de Esteiras, Retro Escavadeiras, Escavadeiras de Esteiras, Empilhadeiras, Aparelhos de Precisão);
- g) **CNAE 4663-0/00** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Peças;
- h) **CNAE 4669-9/99** – Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos, Partes e

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. N° 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000097

Peças.

- i) **CNAE 4753-9/00** - Comércio Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo;
- j) **CNAE 4930-2/01** - Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Municipal.
- k) **CNAE 4930-2/02** - Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipais, Interestaduais e Internacional.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido na quantia de 1.000.000 (um milhão de quotas), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país. Ficando assim distribuídas entre os Sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	(%)
SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI	510.000	510.000,00	51,00%
SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	490.000	490.000,00	49,00%
TOTAL	1.000.000	1.000.000,00	100,00%


CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade caberá aos **ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS**, abaixo qualificados, com aprovação de

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000098 

100% (cem por cento) pelos Sócios Quotistas:

- a) **ELTON SANDERSON**, brasileiro, casado, regime Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 75874, inscrito no CPF/MF sob nº 037.543.269-88, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 1.340.937-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, nº 131, Apto. 32, Andar 03, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80240-260;

JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO, brasileiro, casado, regime Comunhão Universal de Bens, empresário, residente e domiciliado na Rua João Rogenski, nº 189, Vila Rudy, Arapoti, Paraná, CEP 84990-000, portador da Carteira de Identidade RG sob nº 2.131.839-6/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 372.400.569-53;

Parágrafo 1º - Os Administradores não Sócios, terão poderes e atribuições para, gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la **ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente**, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como, praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou, à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial de forma **privativa e individualmente**.

Parágrafo 2º - É vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo 3º - Faculta-se aos administradores não sócios, apenas em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Parágrafo 4º - Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei n.º 10.406/2002, ou seja, a designação dele dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

Parágrafo 5º - A investidura de administrador designado em ato separado, obedecendo às formalidades da legislação vigente.

Parágrafo 6º - As deliberações sociais, que impliquem em qualquer alteração do contrato social, tais como, exemplificativamente, modificação do objeto social, transformação do

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000099080

tipo jurídico, incorporação, fusão, cisão, dissolução, liquidação ou extinção da sociedade, deverão ser tomadas em reunião dos sócios quotistas que representam a totalidade do capital social.

CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRÓ-LABORE: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Único - Com exceção dos Sócios Administradores, os demais Sócios só terão direito a retirada de Pró-Labore, se estiverem prestando serviços à Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção ou não de suas participações no capital social, dos lucros ou das perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a isoladamente, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA: Ressalvado o disposto no art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. N° 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000100

estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo 2º - Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado na forma prevista na cláusula décima segunda deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÃO DE SÓCIOS:
Dependem de **deliberação dos sócios**, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) Designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) Destituição dos administradores;
- d) Modo de sua remuneração;
- e) Modificação do contrato social;
- f) Cisão, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado De liquidação;
- g) Nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
- h) Pedido de concordata;
- i) Transformação da sociedade;
- j) Outros assuntos de interesse social.

Parágrafo 1º - As deliberações sociais, obedecido ao disposto no art. 1.010 da Lei n.º 10.406/2002, serão tomadas em reunião dos sócios, convocadas pelos administradores nos casos acima previstos, dispensando-se a realização da mesma quanto todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião;

Parágrafo 2º - A convocação das reuniões será feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento (AR), enviada para o endereço dos sócios e deverá conter local, data, hora e ordem do dia, para a instalação da reunião;

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

00010108

Parágrafo 3º - É dispensada qualquer formalidade de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem dia;

Parágrafo 4º - As reuniões serão convocadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias úteis da data de sua realização, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, para as posteriores;

Parágrafo 5º - Uma vez regularmente convocada, dever-se-á observar o quorum de instalação da reunião, o qual deverá ser de no mínimo de $\frac{3}{4}$ do capital social para a primeira convocação e em segunda convocação com qualquer número;

Parágrafo 6º - O sócio pode ser representado na reunião por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata;

Parágrafo 7º - As reuniões serão presididas por sócio escolhido entre os presentes e caberá ao presidente a escolha do secretário;

Parágrafo 8º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

- pelos votos correspondentes a, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do capital social para: a modificação do contrato social, para a incorporação, fusão, dissolução e cessação do estado de liquidação;
- pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social (maioria absoluta) para: designação dos administradores, quando em ato separado, destituição dos administradores, estabelecimento do modo de sua remuneração, pedido de concordata e também para transformação de tipo jurídico;
- pelos votos correspondentes a, no mínimo, $\frac{2}{3}$ do capital social para: designação de administrador não sócio, se o capital estiver integralizado; destituição de sócio nomeado administrador no contrato;
- pela unanimidade dos sócios para: designação de administrador não sócio, se o capital não estiver totalmente integralizado;
- pela maioria de votos dos presentes (maioria simples): nos demais casos previstos em lei ou no presente contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

Parágrafo 9º - Dos trabalhos e deliberações tomadas será lavrada ata, no Livro de Atas de Reunião e ata será assinada por todos os presentes;

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. Nº 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000102000

Parágrafo 10º - Para produzir seus efeitos legais, cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, nos vinte dias subsequentes à reunião, apresentada para arquivamento e averbação na Junta Comercial, mas, as modificações do ato constitutivo "deliberadas em reunião" devem ser formalizadas em instrumento de alteração contratual;

Parágrafo 11º - A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, no primeiro quadrimestre seguinte ao término do exercício social, para os fins do disposto na cláusula 11ª deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DECLARAÇÃO DE PORTE: Declaramos sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da LC nº 123/06 e não se enquadra em hipótese de exclusão do § 4º, Art. 3º, da LC nº 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DIREITO DE RECESSO: Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à deliberação, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 1.031 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores não sócios, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – FORO: Fica eleito o foro da comarca de Arapoti-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, em 01 (uma) via, de igual teor e forma, devidamente rubricada, pelos sócios em todas as suas folhas, obrigando-

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
NIRE 412.0927452.6
CNPJ/MF. N° 36.306.691/0001-01
TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

000103 1020

se, fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Arapoti, 27 de Janeiro de 2021.

SANDERSON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI
ELTON SANDERSON

SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO

ELTON SANDERSON
ADMINISTRADOR

JOÃO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO
ADMINISTRADOR

VISTO ADVOGADO

ELTON SANDERSON
OAB/PR N° 75.874
CPF/MF. 019.139.309-63



000104000

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03754326988	ELTON SANDERSON
37240056953	JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/02/2021 09:00 SOB N° 20210618299.
PROTOCOLO: 210618299 DE 11/02/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12101123920. CNPJ DA SEDE: 36306691000101.
NIRE: 41209274526. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/01/2021.
SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
36.306.691/0001-01
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
10/02/2020

NOME EMPRESARIAL

SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NOSSO CAMPO AGRICULTUREPORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos

33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas

45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico

46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças

46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

R GOV PARIGOT DE SOUZA PR 092 KM 220

NÚMERO

160

COMPLEMENTO

CEP

84.990-000

BAIRRO/DISTRITO

VILA ROMANA II

MUNICÍPIO

ARAPOTI

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

CONTATO@NOSSOCAMPO.COM

TELEFONE

(43) 3557-2540

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
10/02/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/07/2021 às 13:13:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



000106

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.306.691/0001-01 DUNS®: 929195930
Razão Social: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Nome Fantasia: NOSSO CAMPO AGRICULTURE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/07/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 03/10/2021
Código de Controle: EDF4F87589E9014C

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 18/09/2021
Código de Controle: 2021082002202605268940

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/01/2022
Código de Controle: 216359102021



000107/003

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.306.691/0001-01 DUNS®: 929195930
Razão Social: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Nome Fantasia: NOSSO CAMPO AGRICULTURE
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado - Possui pendência

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 11/11/2020
Código de Controle: 022242632-08

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 13/08/2020
Código de Controle: 1184/2020



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000108,000

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 024798093-83

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **36.306.691/0001-01**

Nome: **SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/12/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

000109



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

RUA PLACIDIO LEITE, 148 - CENTRO CÍVICO - FONE: (43)3512-3000 CEP 84890000

CNPJ 75.658.377/0001-31

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 1446 / 2021

Contribuinte

CERTIFICO, para que produza os efeitos legais, que revendo os arquivos Cadastrais desta Prefeitura Municipal, neles NADA CONSTA com débitos vencidos até esta data, correspondente ao Contribuinte mencionado.

Contribuinte: 73393 SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

CPF/CNPJ: 36.306.691/0001-01

RG/IE:

Endereço: R GOV PARIGOT DE SOUZA PR 092 KM 220

Nº: 160

Compl:

Bairro: VILA ROMANA II

Cidade: ARAPOTI

UF: PR

CEP: 84990000

e-mail: eltonsandersonadv@gmail.com

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço:

www.arapoti.pr.gov.br

Emitida às 10:21:56 de 13/08/2021

Válida até 12/09/2021

Código de verificação: SJKT-FCIO

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pregão Eletrônico

987933.1262021 .2682 .5198 .46658000



Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00126/2021

Às 08:30 horas do dia 31 de agosto de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 1892021 de 30/03/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 5322, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00126/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Trator agrícola de pneus, plataforma, 4x4, potência de 80cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x4, 02 válvulas de controle remoto.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Trator**Descrição Complementar:** Trator, potência: 80 hp, tipo combustível: diesel, quantidade marchas ré: 3 un, quantidade marchas frente: mínimo 6 un, tipo motor: turbo alimentado, tipo uso: agrícola**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 1**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 190.000,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 100,00**Unidade de fornecimento:** Unidade**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Aceito para:** SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 189.000,0000 .**Histórico****Item: 1 - Trator****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
09.094.549/0001-67	LANDISEL TRATORES LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 190.000,0000	R\$ 190.000,0000	23/08/2021 15:19:23
Marca: Landini Fabricante: Landini do Brasil Modelo / Versão: Brutus 95 4x4 Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Trator agrícola de pneus, novo, marcas Landini, modelo Brutus 95 4x4, com motor diesel de 4 cilindros, com 95 cvs. Com caixa de cambio de 16 marchas a frente e 16 marchas a ré, com terceiro ponto, com tomada de força, COM CONTROLE REMOTO DUPLO. Porte da empresa: ME/EPP							
36.306.691/0001-01	SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 190.000,0000	R\$ 190.000,0000	31/08/2021 08:02:14
Marca: SOLIS Fabricante: Yanmar South America Modelo / Versão: Solis 90 Oldface Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Trator agrícola de pneus, plataforma, 4x4, potência de 90 cv, ano de fabricação 2021. Itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x12, 02 válvulas de controle remoto. CATMAT 455702. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 190.000,0000	09.094.549/0001-67	31/08/2021 08:30:01:090
R\$ 190.000,0000	36.306.691/0001-01	31/08/2021 08:30:01:090
R\$ 189.000,0000	36.306.691/0001-01	31/08/2021 08:34:25:933

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**Eventos do Item**

Evento

Data

Observações

Abertura	31/08/2021 08:30:03	Item aberto.
Encerramento sem prorrogação	31/08/2021 08:40:04	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento etapa aberta	31/08/2021 08:42:06	Encerrada etapa aberta do item.
Encerramento	31/08/2021 08:42:06	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	31/08/2021 09:09:53	Convocado para envio de anexo o fornecedor SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	31/08/2021 09:20:08	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01.
Aceite de proposta	31/08/2021 14:42:17	Aceite individual da proposta. Fornecedor: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01, pelo melhor lance de R\$ 189.000,0000.
Habilitação de fornecedor	31/08/2021 15:14:56	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01

Não existem intenções de recurso para o item**Troca de Mensagens**

	Data	Mensagem
Sistema	31/08/2021 08:30:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	31/08/2021 08:30:03	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	31/08/2021 08:40:04	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	31/08/2021 08:42:06	O item 1 está encerrado.
Sistema	31/08/2021 08:42:08	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Sistema	31/08/2021 09:09:53	Senhor fornecedor SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	31/08/2021 09:12:04	Para SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - Aguardo o envio readequado da empresa Simiagro. Nos moldes do item 12 do edital. E de acordo com o ultimo lance ofertado pela empresa.
36.306.691/0001-01	31/08/2021 09:12:57	Bom dia será enviado
Sistema	31/08/2021 09:20:08	Senhor Pregoeiro, o fornecedor SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ/CPF: 36.306.691/0001-01, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	31/08/2021 09:33:37	Sua proposta foi encaminhada à secretaria de serviços urbanos e pavimentação (secretaria solicitante), onde a equipe técnica verificará as especificações do produto orçado em relação as especificações exigidas em edital.
Pregoeiro	31/08/2021 09:34:45	Para SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - Aguarde um instante. Assim que tiver um retorno, repasso à todos.
36.306.691/0001-01	31/08/2021 09:38:20	ok! Ficaremos no aguardo!
Pregoeiro	31/08/2021 09:44:30	Para SIMOAGRO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - O departamento técnico emitirá posicionamento até às 14 horas. Deste modo, retomaremos a sessão às 14:30 horas.
36.306.691/0001-01	31/08/2021 09:54:05	Obrigado pelo comunicado!
Pregoeiro	31/08/2021 14:00:45	Boa tarde senhores.
36.306.691/0001-01	31/08/2021 14:04:38	Boa Tarde
Pregoeiro	31/08/2021 14:42:41	Irei analisar os documentos de habilitação. Aguardar mais um instante.
Sistema	31/08/2021 15:14:56	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	31/08/2021 15:15:22	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 31/08/2021 às 15:47:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura da sessão pública	31/08/2021 08:30:01	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	31/08/2021 08:42:08	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	31/08/2021 15:14:56	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	31/08/2021 15:15:22	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 31/08/2021 às 15:47:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:52 horas do dia 31 de agosto de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

CARLA BAENA AGUILAR MELO
Pregoeiro Oficial

CRISLAINY MARCELO
Equipe de Apoio



Imprimir o
Relatório

Voltar





PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

**PARECER JURIDICO CONCLUSIVO**

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico registrado sob o nº 126/2021, processo nº. 5322/2021, cujo objeto é aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convenio nº311/2020 formalizado entre o município de Ubatuba e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a este assessor jurídico para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame (Art. 20 da Lei nº 10.024/19) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 25 da Lei nº 10.024/19).


O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.024/19, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubatuba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento o assessor jurídico emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

Esse é o nosso parecer.

Ubatuba, 08 de setembro de 2021.


Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB-Pr 65323



HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5322/2021.
2. MODALIDADE PREGÃO Nº: 126/2021
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convenio nº311/2020 formalizado entre o município de Ubatuba e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.
4. FORNECEDOR (A): **SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.306.691/0001-01, situada na Rod Parigot de Souza km 220, 160, na cidade de Arapoti, Estado Paraná.
5. VALOR: R\$-189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).
6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 31/08/2021.
7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 08 de setembro de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

UBIRATÃ

PREFEITURA



000117

CONTRATO Nº 124/2021

PROCESSO Nº 5322/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2021

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.306.691/0001-01, situada na Rod Parigot de Souza km 220, 160, na cidade de Arapoti, Estado Paraná, CEP nº 84990-000, telefone nº (43) 3557 2540, e-mail (suelen.almeida@nossocampo.com), doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5322/2021, Pregão 126/2021, e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convenio nº311/2020 formalizado entre o município de Ubatuba e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	Trator agrícola de pneus, plataforma, 4x4, potencia: 80cv, ano de fabricação: 2021, itens de série: motor 4cc turbo intercooler, transmissão 12x4, 02 válvulas de controle remoto.	1	UN	189.000,00	189.000,00	Solis/Solis 90

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$-189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: cn=BRL, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=40312993000151, cn=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0



5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do objeto será de maneira integral.

5.1.1. O prazo para entrega será de trinta dias a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada via e-mail pela Divisão de Compras do Município.

5.1.2. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se à CONTRATADA às penalidades previstas no presente contrato.

5.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, conforme especificação, prazo e local constante no presente contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

5.2.1. O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria de Viação e Serviços Rurais, localizada na Avenida João Medeiros, s/nº, Ubatuba, Paraná.

5.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da CONTRATADA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do CONTRATANTE.

5.3.1. A CONTRATADA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo CONTRATANTE para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a retirada/substituição do objeto recusado.

5.4. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da CONTRATADA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O CONTRATANTE se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RPB
e-CPF AL, OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Fonte Reader Versão: 10.1.0



6.3. A CONTRATADA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, independente da forma de entrega.

6.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

000120

UBIRATÃ

PREFEITURA



- 7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;
- 7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 7.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 7.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;
- 7.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 7.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 7.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;
- 7.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento em definitivo do pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF=A3, O=SEM BRANCO
OU=40312993000151, CN=JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0



emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. Para liberação do pagamento à CONTRATADA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

8.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.3.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.4. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9016	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	884	119.700,00
0801	9017	449052400000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários		70.300,00

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB,
e=CPF_A3_OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Luiz Antônio Marafon.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Roberto Carlos Ribeiro, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Roseno Aparecido Silveiro.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

JOAO
ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3,
OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0



12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 23/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

JOAO
ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
DN: C=BR, O=CP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=
(EM BRANCO), OU=40312993000151,
CN=JOAO ROBERTO MARTINS DE
ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

UBIRATÃ

PREFEITURA



000124

13.3.2. Incurrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=40312993000151, CN=JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0



14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

JOAO ROBERTO
MARTINS DE
ARAUJO:
37240056953

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=40312993000151, CN=JOAO ROBERTO
MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Arapoti - PR
Foxit Reader Versão: 10.1.0

UBIRATÃ

PREFEITURA



17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 08 de setembro de 2021.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

JOAO ROBERTO

MARTINS DE

ARAUJO:

37240056953

SIMOAGRO MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Representante legal da empresa

Assinado digitalmente por JOAO ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:
37240056953
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=40312993000151, CN=JOAO
ROBERTO MARTINS DE ARAUJO:37240056953
Localização: Anapol - PR
Fórmula Reader Versão: 10.1.0

PDF



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2021

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.440- ANO: XVI

Página 2 de 3

www.ubirata.pr.gov.br

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e no www.comprasgovernamentais.gov.br a partir de 09 de setembro de 2021.
Ubiratã, Paraná 09 de setembro de 2021.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2021

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5373/2021.
 2. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento fracionado de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), através do abastecimento de veículos da frota municipal.
 3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 4. FORNECEDOR: B. C. COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.779.501/0001-43, sediada à Avenida Ascânio Moreira de Carvalho, 629, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85440-000.
 5. VALOR: R\$ 266.650,66 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos).
 6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 09/09/2021.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 09 de setembro de 2021.
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubiratã

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5322/2021.
 2. MODALIDADE PREGÃO Nº: 126/2021
 3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convenio nº311/2020 formalizado entre o município de Ubiratã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.
 4. FORNECEDOR (A): SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.306.691/0001-01, situada na Rod Parigot de Souza km 220, 160, na cidade de Arapoti, Estado Paraná.
 5. VALOR: R\$-189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).
 6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 31/08/2021.
 7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2021.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 08 de setembro de 2021.
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubiratã

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5323/2021.
 2. MODALIDADE PREGÃO Nº: 127/2021
 3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de carreta basculante agrícola, modelo hidráulica.
 4. FORNECEDOR (A): FOUTE INDÚSTRIA AGRÍCOLA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.416.243/0001-52, situada na rua Rio de Janeiro, S/N, na cidade de Palotina, Estado Paraná.
 5. VALOR: R\$-31.000,00 (trinta e um mil reais).
 6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 31/08/2021.
 7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2021.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 08 de setembro de 2021.
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubiratã

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): VALDINEI BASICHETTI - TINTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 01.259.627/0001-24.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5325/2021.
OBJETO: Contratação de empresa para realizar pintura do paço municipal prefeito Alberoni Bittencourt.
VALOR: R\$-24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 30/08/2021.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
CONTRATADO (A): CONENGE - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.875.155/0001-22.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5314/2021.
OBJETO: Construção de alambrado na unidade de valorização de recicláveis.
VALOR: R\$-51.983,59 (cinquenta e um mil novecentos oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 03/09/2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
CONTRATADO (A): SIMOAGRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.306.691/0001-01.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5322/2021.
OBJETO: Aquisição de um trator agrícola 4x4, em atendimento ao convenio nº311/2020 formalizado entre o município de Ubiratã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.
VALOR: VALOR: R\$-189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2021.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
CONTRATADO (A): FOUTE INDÚSTRIA AGRÍCOLA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.416.243/0001-52.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5323/2021.
OBJETO: Aquisição de carreta basculante agrícola, modelo hidráulica.
VALOR: R\$-31.000,00 (trinta e um mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2021
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2021
CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
CONTRATADO (A): B. C. COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.779.501/0001-43.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5373/2021.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO FRACIONADO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, DIESEL COMUM E DIESEL S10), ATRAVÉS DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.
VALOR: R\$ 266.650,66 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 09/09/2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
FORNECEDOR (A): PIZANI & PIZANI CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.611.064/0001-57.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5292/2021.
OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de equipamentos de proteção individual destinados à secretaria de serviços urbanos e pavimentação.
VALOR: R\$-2.476,60 (dois mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2021

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.
FORNECEDOR (A): E.P DE SOUZA E J.M DE SOUZA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.932.358/0001-95.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5240/2021.
OBJETO: Aquisição de materiais de Consumo, Limpeza e Higiene para suprir as necessidades da Secretaria de Administração, Gabinete, Secretaria de Viação e



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

Início